

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



SARDINHA, António (Monforte do Alentejo, 1887 - Elvas, 1925)

Não sendo historiador profissional, a sua obra inspirou uma visão historiográfica contra-revolucionária que, com nuances, mormente na visão da «aliança peninsular» e na correlata investigação empírica, iria vigorar ao longo do Estado Novo: poeta, panfletário, publicista, foi diretor do mais relevante órgão doutrinal (*Nação Portuguesa*, 1914-1938) do Integralismo Lusitano, do radicalismo monárquico e da reação antimoderna e antirrepublicana, durante os longos anos críticos da crise do Liberalismo e dos sistemas representativos que de certo modo anuncia a partir do fosso da I Guerra Mundial. Assim, História e historiografia foram antes pretextos para o combate doutrinário e a *vis* argumentativa na qual AS abriu e em parte explorou superfícies mitemáticas que a historiografia nacionalista, em regra depois alinhada pela ditadura do Estado Novo, iria cultivar ao longo de mais de meio século. É, pois, neste sentido, o de núncio da ordem católica e tradicionalista que proclama a necessidade da radical revisão da história, e à luz da sua interpretação dogmática como *ciência nacionalista*, que se avaliza o excuro crítico pelo seu característico historicismo e a concepção historiográfica que o estrutura.

Convergente com as correntes estéticas finisseculares que na *neurose* do fim do século XIX proclamavam o fim do racionalismo, mormente simbolismo e psicologismo literários (P. Bourget, a invulgar difusão do romance russo, G. Le Bon e a *Psicologia das multidões*, evidenciando a irracionalidade das massas), que arguindo a secularização da República das Letras nutria a nostalgia do divino e a apostasia racionalista e, doutra parte, em particular, do ensaísmo historiográfico, organicismo e diagnose decadentista de um Oliveira Martins, AS reivindicou como original tese integralista uma espécie de visão pampsicologista da História (uma “visão interna”, cf. «Questões de História», *Nação Portuguesa*, II, n.º 5; 230-40; *À sombra dos pórticos*, 2ª 1961, 85) contra o espírito materialista e laicista do século XIX, cuja historiografia hegemónica fora, na sua leitura, “pervertida inteiramente pela mentalidade jacobina”, saldando-se numa “história de partido em que a visão secular da Pátria aparece diminuída e enxovalhada pelos preconceitos revolucionários de um século inteiro de ruína e morte” (*Na feira dos mitos*, 2ª, 1942; 37). Se as teses de Sardinha abriam violenta reação intelectual contra o espírito universitário liberal e a crescente descristianização e laicização da própria sociedade portuguesa, as instituições universitárias cedo lhe obstaram qualquer pretensão à docência, o que mais radicalizou o anátema do polígrafo contra o ideal humanitário, pacifista e racionalista que as animavam.

Foi muito contestada contudo, logo por Raul Proença nas páginas da *Seara Nova*, a originalidade destas



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

teses. A influência decisiva, na fase embrionária, convergente com o pensamento contra-revolucionário (De Bonald, J. de Maistre, Gama e Castro, marquês de Penalva, visconde de Santarém) deve buscar-se na *Action Française*, o movimento liderado por Charles Maurras, e o seu programa do *Retour à la terre* (Jules Méline), que adjudicava, nessa barresiana desconfiança radical da cidade que perverte as virtudes ancestrais do «povo» rural, o anátema fundamentalista sobre a «decadente» e «pornográfica» literatura urbana e cosmopolita, fruto das instituições de instrução e das políticas liberais e representativas da III República francesa, da qual seria a correlata expressão estética e artística. Como antídoto lançava o tema da regeneração da «raça», que o darwinismo social com tanta eficácia explorava, tão caro ao racismo nacionalista que delata no anonimato de uma sociedade de homens «artificiais» a rotura com o pacto divino e nele com as raízes católicas e ultramontanas, evidenciando um obcecado ódio de estimação ao semitismo e a todos aqueles que lhe infundiam pavor, tal o como protestantismo ou a franco-maçonaria, tida como toda-poderosa arquiteta do sistema constitucional – “Ontem o Liberalismo, hoje a Democracia, não são senão as fachadas de um poder oculto que, no subsolo da política, a manobra a seu belo prazer” (*Ao ritmo da ampulheta*, 1925; 50). Nesta via AS tornou-se um dos autores mais lidos e comentados nos fóruns da direita antiliberal e antijacobina: “a história de Portugal, nos começos do século transacto [XIX], não se compreende em tantos dos seus aspetos contraditórios, sem que se conheça bem a história das sociedades secretas, suas inspiradoras” (*ib.*, 208). E se a sua mensagem racista (*ius sanguinis*) não passou para o discurso da historiografia oficial (A. Pimenta, C. Beirão, J. Ameal), não foi só por afrontar a visão imperial e colonialista (o *ius soli*) do Estado Novo, mas porque o próprio AS na última fase, após 1921-22, reavalia e restringe os seus articulados, em particular o judaísmo e a pretensa aliança maçónica, de qualquer modo sempre considerados promotores da civilização faústica, moderna e utilitarista do capitalismo da usura e dos juros – o *ideal dos fariseus*, no idioma de AS («Occidentalismo e Cristianismo»; *NP*, IV, t. I, n.º 4; 243-45), que subvertera os fundamentos «espirituais», leia-se teológicos e escolásticos, da «civilização ocidental»: “Senhores do Petróleo e da Hulha o seu imperialismo – o imperialismo dos anglo-saxões enfarrusca e deprime o viveiro de energias admiráveis, saídas da Península com os seus navegadores e missionários”. AS acasala assim o velho providencialismo monástico das crónicas e o credo taumatúrgico das epopeias, reatualizando as categorias metafísicas tradicionais (infinito, tempo, fatalidade, teleologia) com os modernos conceitos de meio e evolução e até de determinismo rácico e fixismo sociológico, “indispensável método de trabalho e de crítica”, que julga ler em Teófilo Braga, «mestre da contra-revolução», o louvado teorizador de um positivismo comtiano ordeirista e hierarquizador, mas impugnando no autor da *História da Literatura Portuguesa* o “inferior azedume jacobino pela dinastia de Bragança” e as “dogmáticas convicções republicanas” (*Glossário dos tempos*, 1942; 124). Porém, o apelo a qualquer determinismo histórico abalroava as teses heteronómicas e providencialistas e a sua base materialista contendia com o alicerce teosófico e messiânico que o integralista avoca. As teses do *eterno retorno* fundem-se num sistema de crenças radicais que, em nome de um passado mitificado, pretendem a sua reatualização num dever-ser: o devir é pois a superação no curso histórico do hiato no plano providencial que a Modernidade e as revoluções do século XVIII e XIX haviam corrompido.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Percebe-se: havia que refazer a genealogia do reacionarismo à luz dos “sacramentos da Tradição”, a persistência e recorrência dos usos, práticas ancestrais e costumes, uma espécie de depósito da experiência inconsciente dos séculos, que balizariam uma alma nacional, o *Volksgeist* da historiografia romântica (a “tua árvore genealógica, os títulos do teu morgado, os direitos do teu povo, o *Portugalia*, o *Portugalia: bona regio*” – *De vita et moribus*, 1931, 141). Mas nesse programa ideológico a invocação da história e o apólogo da pátria exemplaridade, no caudal ultrarromântico mesmo do nacionalismo, serão utilizados como suporte empírico e normativo de uma demonstração prática da nação, tida como indesmentível facto *a fortiori*, e dedução teórica da inevitabilidade da contra-revolução antiliberal, antirrepublicana e anticomunista, a partir do momento em que os ecos iniciais da revolução soviética de 1917 chegavam ao cais das colunas. Ciceriana *magistra vitae*, a história seria o palco experimental (e dedutivo) que permitiria a o estudo e *observação* da ontogenia autoritária, senão mesmo de uma autêntica ontologia, como escreve nos primórdios AS, “demonstrarei (...) adentro da nossa história, essa complexa identificação do factor populacional como o elemento *Autoridade*” (*Glossário dos tempos*, 147).

Dai que a visão providencialista da história elegeisse, em última instância, aquilo a que se denominou uma autêntica *epistemologia do reacionarismo*, instituindo-se como fundamento prático (*princípio de energia*) que visava religar passado e futuro cindidos no presente pela apóstrofe republicana e pelo hiato do livre-pensamento, «heresia» que triunfara com as revoluções burguesas e a civilização material do capitalismo. Assim, a reconstituição tradicionalista visava, através do inventário simbólico, relançar as pontes da fusão orgânica e corporativa entre estado e nação, primário quesito integralista na solicitação de uma identidade e consciência nacionais (Archer, *Nação e nacionalismo...*, 66-70). Ora, o estudo da história, como praxis nacionalista atida à “lição do facto” na busca da “castidade da história” de que falava Fustel de Coulanges, a da “unidade íntima da Pátria” ou a de um *idealismo positivo* na expressão de Grasset, visava assegurar a ressurreição simbólica de um passado coletivo mais imaginado do que estudado: “São os tesouros espirituais do Passado que guardam consigo o germen poderoso da redenção. Por isso, nos períodos procelosos e incertos, sempre os historiadores prepararam, para as pátrias caídas, a avançada segura do resgate”. Na empreitada de «salvação nacional», havia que corrigir e combater a historiografia romântica e liberal; a *nova ordem* reclamava, também no capítulo da produção e reprodução de memórias, o elenco que justificasse e ilustrasse a *politique d’abord*, a submissão do saber histórico às solicitações das lutas políticas. Reconhecendo em Herculano um dos grandes historiadores portugueses, AS não o inocenta todavia de uma investigação culposa, “tão depressa deixava manifestar-se a sua mentalidade sectária, logo se estabelecia entre o historiador e os factos o conflito, de que é testemunho evidente a *História da Inquisição*, composta para bater a *reação*, como o próprio Herculano sinceramente o confessa”. O problema é que os “métodos científicos ou objetivos da História não se casam, por condição própria, com os panegíricos enfartados dos antigos tempos” e daí que ao “hiperbolismo patriótico” se tivesse seguido uma fase na qual “se substituiu um princípio sistemático de livre-crítica que fez da História um motivo de guerra civil permanente” (*De Vita et Moribus*, 152-53). Conflito do qual não ilibava nem Herculano nem Oliveira Martins que noutras vertentes (municipalismo, organicismo) aplaudia. Ora, se o programa teórico se



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

alicerçava na soreliana desconstrução da *mitografia* democrática e na crença comtiana da perfectibilidade do futuro em nome da sociocracia, e da restrita cientificação dos saberes sociais, o método positivo, melhor, a metodologia da escola francesa de Langlois e Seignobos, estaria eivada de “hirta e estéril objetividade”, fruto do “estreito materialismo em que a Inteligência decaiu e se sepultou no século passado” («Questões de história», cit., 230-31). A metodologia positivista não lograria alcançar assim o *sentido íntimo* da história, subjetivismo que prognostica e retrospectiva. Só o intérprete da ciência nacionalista o poderia realizar, investido das vestes do sacerdote de uma *anamnesis* filosófica, não só para recuperar as memórias possíveis da facticidade, mas para lhe perscrutar as *verdades eternas* e transpessoais. A historiosofia integralista da qual AS é o mais evidente teorizador, situa-se por esta via no limiar de uma gnose mística na qual céu e terra se comunicam, seguindo a usada lição tomista, na participação da unidade maior da criação divina, em cuja leitura a sacralização do *munus* intelectual se tenta justificar (Archer, 1993;75). O que quer dizer que teve de outorgar ao estatuto epistémico do *historiador nacionalista* o de legatário de uma tradição interpretativa que não apenas excluía todas as outras como reivindicava o lugar da verdade unívoca para uma visão heteronímica da história. E daí, por exemplo, o esforço de reabilitação do Santo Ofício e do Tribunal da Inquisição como instâncias que visariam assegurar a preservação da nação do «estrangeirismo» moderno e a cosmovisão casticista da velha ordem social. Por outras palavras, não haveria rasuras hermenêuticas conquanto o suporte heurístico se averiguasse, e o *absolutamente real* do facto histórico seria repostado contra as sábias prevenções hermenêuticas do racionalismo – apoditicidade que irá inaugurar o discurso autoritário também no campo historiográfico, paredes meias com o historicismo cientista e positivista, que em nome de uma teleologia outra imanentizava a promessa antropológica de justiça e paz no mundo terreal, comutando o Juízo Final pelo recurso processual a Jurados, entenda-se, investidos agora no papel de historiadores, os novos julgadores do tempo e da existência humana no tempo. A difícil cisão epistémica sujeito / objeto, base da complexa averiguação da validade do conhecimento histórico seria postergada em nome da eficácia dogmática da crença e da pretensão da uma intemporalidade, diga-se deste modo, que radica numa visão ahistórica daquilo mesmo que se queria estudar: a história.

À semelhança e em convergência com a *nacionalização literária*, como AS lera em Afonso Lopes Vieira, também no plano da produção historiográfica se visava *reaportuguesar Portugal*, mas seguindo a máxima comtiana de que são os mortos quem governa os vivos, melhor, “é a disciplina dos Mortos, é a sua segunda vida dentro de nós” (*Ao ritmo da ampulheta*, 155). Explícite-se melhor o programa revisionista que AS lançou e que visava a recristianização e o combate ao laicismo historiográfico, tentando demonstrar que a “unidade da raça está mais que evidenciada na unidade da Língua e na unidade da Fé” (*À sombra dos pórticos*, cit., 47). Num excerto inédito publicado em 1924, registava “A história de Portugal em toda a sua plenitude não é mais do que um capítulo da historiada Igreja (...) os nossos missionários criaram o Brasil – chegaram às portas do Japão... Mas a Fé extinguiu-se – e com a extinção da Fé perdeu-se o Império. A história que resta depois é simplesmente a história da sua decadência” (F. Campos, *Os nossos mestres ou brevíário da contra-revolução*, 1924; 110-111). “Na renovação da inteligência portuguesa”, escrevia nesse



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

mesmo ano na obra mais relevante, “a História é hoje compreendida como o elemento mais decisivo do nosso nacionalismo. Como mentiras insubsistentes, esvaem-se as calúnias divulgadas a esmo na *Dedução Cronológico-Analítica*, quando Pombal entendeu desacreditar pelos processos mais baixos a ação moralizadora e cultural da Companhia de Jesus. É onde começa entre nós a história sectária (...). A maneira como os homens de 34 enegreceram sem escrúpulo os seus irmãos vencidos afere-se bem pelo rancor com que a república está difamando tudo quanto represente um reflexo do nosso passado católico e monárquico” (*Ao princípio era o Verbo*, 1924; 240-41). O caudal dessa autoproclamada *renovação da história*, fora enunciado assim como “um necessário trabalho de revisão” que “se impõe simultaneamente – espécie de breviário de *correções e erratas*, em que se instrua o processo das diversas *lendas negras* que deprimem a face augusta do nosso Passado. Com o objetivo de nos mostrar Portugal, sobretudo, como uma personalidade moral, prolongando-se uno e contínuo, essa *História*, a fazer-se, sem cair no detalhe excessivo, não deve também esquecer a revisão correspondente dos juízos e conceitos preconcebidos” (*À sombra dos pórticos*, cit., 90). O que passava pela refutação das teses liberais, pois só através de mediações contra-revolucionárias da história “desse modo compreendemos o que o Liberalismo foi em Portugal e como a República, sua filha bastarda ou legítima – não importa! – entronca nele diretamente”. E daí a opção por uma historiografia que privilegiasse a biografia dos *grandes homens* como sínteses maiores de cada época (e neste sentido AS alargou claramente certo gosto pela genealogia e pelos Livros de Linhagens, o que se casava bem com a sua profissão de fé monárquica e anticonstitucional). Exemplo maior, a reabilitação de D. Miguel trazia consigo “a legitimidade do direito dinástico e a legitimidade da escolha nacional”, paradigma a reação contra a “série de atropelos, de latrocínios e desvergonhas” do “constitucionalismo de importação” de 1820 (*Ao ritmo da ampulheta*, 209-210). Filão para uma procissão de incontáveis «erratas à história» de Portugal que enxamearam o Estado Novo e que colocaram as ciências históricas como o *must* ideológico do nacionalismo.

O ambicioso programa de uma *História de Portugal* nunca escrito, do qual apenas se conhece o esboço postumamente publicado por Rodrigues Cavalheiro (1928), dá bem a ideia do que seria o prospeto integral da revisão historiográfica pelas mãos de AS, assente no estudo político e com o propósito deliberado de analisar a nação como uma organismo vivo dotado de *animus*, vontade e alma, reapropriando-se da velha metáfora do romantismo a que o sociologismo e organicismo tinham dado desde o último quartel do séc. XIX uma tonalidade cientista, acasalando-os com os ideais ordeiristas de sociabilidade e hierarquia (família, corporação, município, Igreja e Estado unitário). Reaproveitando do tomismo o conceito de corpo místico e da visão ecuménica da Igreja, AS reexaminou esses materiais para matizar uma visão histórica orgânica e corporativa, contra as conspexões conflitualistas e contra o atomismo demoliberal. A concepção tradicionalista e holista de «povo», «grei», acaba por estar no fulcro desta visão teleológica da história nacional, remetendo para um espaço de totalidade que rematava o próprio discurso ideológico, como momento constitutivo mais relevante. Senão, atente-se no plano de correção da história de Portugal e no método que o servia: tornava-se imperioso invalidar as duas concepções historiográficas que teriam minado a visão tradicionalista e católica da história, “a que torna a história dependente da ação de um minoria



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

restrita (reis, nobres, sacerdotes) e a que a torna o produto espontâneo duma instintiva massa acéfala. Sem que pratiquemos, por cómoda solução mental, o ecletismo, há que assentar, pelo menos em relação à história portuguesa, que reis, bispos, nobres e povo, propriamente dito, constituem um bloco homogéneo, donde ela jorra, conduzida por directrizes que reside na alma comum, embora aos dirigentes caiba precisá-las e fazê-las executar. Acabamos assim, e irrevogavelmente, tanto com o conceito *democrático*, tanto com o conceito *aristocrático* de história. (...) Pois a Grei entrega-nos a chave do problema. Porque em Portugal não houve, realmente duas raças distintas – uma vencedora e outra vencida –, a unidade da nossa história é transparente como água pura. Essa unidade resulta da moldagem em que a alma coletiva se afeiçoou e estabilizou. Sem dúvida que foi a moldagem religiosa” (póstumo, «Os Gamas», *NP*, V, t. I, n.º 1, pp. 12-13).

«Sujeito coletivo», o povo, é pois a *entificação* de uma consciência nacional. E daí a «demonstração», tão cara ao discurso historiográfico da ditadura, da colaboração de interesses e de classes na consecução dos grandes projetos nacionais, “bem provado e bem assente que tanto na dinastia afonsina, como na de Avis, o povo, a nobreza e o rei colaboraram, como um único todo, na condução histórica de Portugal. No dia em que se conheça nos seus meandros e dinâmica íntima a formação e desenvolvimento da família em Portugal não será mais possível para a gente de fé sincera e clara percepção o envenenamento intelectual com que a nossa jacobinocracia perverte a compreensão do nosso passado, quebrando assim aqueles elos e aquelas raízes, sem cujo respeito não existe consciência nacional” (*ibid.*, p. 17). Só que este discurso sacrificava o *povo* à “direção” das “autoridades sociais” e o submetia a uma rígida hierarquia corporativa que punha na sombra, afinal, uma massa de anões anónimos que com os «gigantes» da nacionalidade tinham de compactuar. A ideia de que a santificação da virtude nacional criará uma axiologia do herói, e de que a história é uma sucessiva exemplificação da virtude prática, ganhava assim todo o terreno onde iria vingar. Exposta à tensão ideológica entre o totalitarismo e o corporativismo, a doutrinação de AS ganhou maior relevo na tese hispanista da *Aliança Peninsular* (1924) para a qual teve de arrolar uma vasta argumentação empírica no campo historiográfico e ideada como intencional afinidade e analogia histórica da supremacia ibérica dos «criadores de civilizações».

A história galgava intencionalmente as fronteiras da mitografia, confundindo-se com fantasiosas «legendas dos séculos». A glorificação do passado, exercício comparativista de apologética pura, através de uma impossível confrontação e analogia dos diversos planos temporais, visava a reabilitação *ab origine* do cosmos histórico da nacionalidade do qual o mito das origens contribuía, como mito fundador, para a reatualização de uma narrativa epopeica. E se AS não cultivou o romance histórico, sem dúvida o seu ensaísmo apontava para uma visão romanceada, homológica e alodoxística da história, ao pretender demonstrar o paralelismo histórico dos grandes ciclos, numa *adequatio* que, perdida a transcendência, seria por si e em si mesma inexplicável.

Bibliografia activa: Sardinha, António - *Ao princípio era o Verbo, Estudos & Ensaios*, Lisboa, Portugal, 1924; *A Aliança Peninsular. Antecedentes & Possibilidades*, Porto, Civilização, 1924; *Ao ritmo da Ampulheta. Crítica & Doutrina*, Coimbra, Lúmen, 1925; «A Teoria das Cortes Gerais», Prefácio a visconde

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

de Santarém (2^o), *História e Teoria das Cortes gerais*, Lisboa, 1925; *À sombra dos pórticos. Novos ensaios*, Lisboa, Restauração, 1961, 2^a ed.; «*A prol do comum*».. *Doutrina & História*, Lisboa, 1937; *Glossário dos Tempos*, Lisboa, Gama, 1942; *Na Feira dos mitos. Ideias & Factos*, Lisboa, Gama, 1942, 2^a ed.; *À Lareira de Castela. Estudos Peninsulares*, Lisboa, Gama, 1944.

Bibliografia passiva: Carvalho, Paulo Archer de, *Nação e nacionalismo. Mitemas do Integralismo Lusitano*, Coimbra, FLUC, pol., 1993; Id., «*Ao Princípio era o Verbo. O Eterno Retorno e os mitos da historiografia integralista*», *Revista de História das Ideias*, Coimbra, IHTI-FLUC, 18, 1996, 231-243] e «*Integralismo Lusitano: reação, recristianização, retorno*», *Locus*, Revista de História da UFJF, Minas Gerais, Brasil, Janeiro de 2012; *A Cidade*, nº2, (Nova Série), Jul./Dez. 1988 (com estudos de Aníbal Pinto Castro, Francisco da Gama Caeiro, João Medina, Joaquim Veríssimo Serrão, Jorge Borges de Macedo e José Carlos S.Almeida e correspondência inédita publicada por António Ventura e Ana Isabel Sardinha); CRUZ, M. Braga da, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Dom Quixote, 1986, 13-74; Desvignes, Ana Isabel Sardinha, *António Sardinha. Um intelectual no século*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006; Torgal, L. R., Catroga, F. e Amado Mendes, J. M., *História da História em Portugal, Séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

Paulo Archer de Carvalho



APOIOS:

